



LEGISLATURA 18ª – DÉCIMA SÉTIMA

SESSÃO 1ª- LEGISLATIVA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 13ª – Reunião Plenária dia 10.12.2021.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA TALHADA, ESTADO DE PERNAMBUCO, COM A FINALIDADE DE LER, APRECIAR E DISCUTIR O **PROJETO DE LEI Nº 051/2021 DO PODER EXECUTIVO**.

AO DÉCIMO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO MANOEL ANDRELINO NOGUEIRA, REUNE-SE O PODER DELIBERATIVO MUNICIPAL SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR **RONALDO ROMÃO DE SOUSA**. O PRESIDENTE PASSA A PALAVRA AO VICE-PRESIDENTE GINCLÉCIO ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA PARA FAZER A LEITURA DO QUÓRUM: **AGENOR DE MELO LIMA, ALICE PEREIRA DE LORENA E SÁ, ANTONIO DIONIZIO DA SILVA, CARLOS ANDRE PEREIRA DE SOUZA, EVANDRO DE SOUZA LIMA, FABRÍCIO ANDRÉ MAGALHÃES TERTO, FRANCISCO PINHEIRO DE BARROS, GINCLÉCIO ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA, JOSÉ JAIME INÁCIO DE OLIVEIRA, JOSÉ RAIMUNDO FILHO, MANOEL CASCIANO DA SILVA, ROMERIO SENA BRASIL, RONALDO ROMÃO DE SOUSA, ROSIMÉRIO LUIZ ALVES DA COSTA, WALLACE KLEYTON CABOCLO**. VEREADORES AUSENTES: **ANTÔNIO RODRIGUES DE LIMA, EDNALDO IZIDÓRIO NETO**. O PRESIDENTE CONSTATANDO O NÚMERO LEGAL DE VEREADORES DECLARA ABERTA A SESSÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE VICE-PRESIDENTE E PRIMEIRO(A) SECRETÁRIO(A) OS(AS) SENHORES(AS) VEREADORES(AS): **GINCLÉCIO ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA, JOSÉ RAIMUNDO FILHO E ALICE PEREIRA DE LORENA E SÁ** CONSTITUINDO A MESA EXECUTIVA. **O Presidente Ronaldo Romão de Sousa retoma a palavra** e convida o Vereador **Evandro de Souza Lima**, para ler um trecho da Bíblia Sagrada. De acordo com o Regimento Interno, o Presidente **Ronaldo Romão de Sousa** coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. **O Presidente Ronaldo Romão de Sousa** passa a palavra ao Primeiro Secretário José Raimundo Filho para fazer a leitura das matérias. Lido o **Projeto de Lei nº 051/2021 do Poder Executivo** (ementa: que autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com a aplicação da Lei Federal nº 14.113/2020, aos profissionais da educação básica em efetivo exercício). **O Presidente Ronaldo Romão de Sousa passa a palavra ao Vereador Wallace Kleyton Caboclo**. Bom dia a todas e a todos, senhor Presidente e caros colegas vereadores. Primeiramente gostaria de parabenizar a todos os professores e todos os beneficiários desse rateio do FUNDEB, isso é uma vitória de vocês. A gente está fazendo o que a justiça determinou, a prefeita Márcia Conrado está cumprindo o que a justiça determinou, se chegar à Câmara, tenho certeza que a gente vai votar, agora ninguém passa por cima da justiça. Se a senhora está se sentindo lesada procure a justiça que a justiça vai resolver e quando chegar aqui a gente resolve. Então a gente cumpre o que a justiça determina, eu vejo muitos criticando o rateio dos precatórios, já vi professores jogando a responsabilidade e dizendo que a Câmara não aprova, mas nunca chegou nada na Câmara, nunca chegou o rateio dos precatórios dos professores. Então, no momento que chegar tenha certeza que nós vamos votar a favor do professor, nós não vamos ser contra o professor não, agora tem gente que quer se aparecer, não é o momento de palanque não, o momento é de responsabilidade, a gente tem aqui o respeito ao professor. Peço desculpa aqui aos aposentados, não somos nós que determina é a justiça. Então no momento certo que chegar aqui vocês vão ter direito, mas tenham certeza que infelizmente não depende de nós. Queria falar mais, mas Veraluza quer ser mais inteligente do que todo mundo, então ela que use a palavra. **O Presidente Ronaldo**

**Romão de Sousa passa a palavra ao Vereador José Raimundo Filho.** Bom dia a todos e a todas, presidente Ronaldo de Dja, Alice Conrado, senhores vereadores, senhores professores e os presentes na pessoa de Veraluza, Rochany, enfim a todos. Inicialmente senhor presidente, eu gostaria de primeiro fazer um breve relato Vera, para a gente chegar onde aqui está chegando e seus questionamentos são legítimos em parte, a gente apesar de ter conversado pouco. Em 2020 sai uma Lei Federal, uma recomendação de que no ano subsequente, que não houve de forma alguma reajuste para nenhuma das categorias, e sinceramente falando todos nós efetivos e aposentados naquele primeiro momento fomos prejudicados pela lei assinada pelo governo de Bolsonaro no ano de 2020, no início da pandemia, o que de fato, veio realmente a possibilitar as sobras que hoje se encontram, o fato é esse. Se em dezembro quando sai a renda per capita anual, que esse ano foi algo em torno de variando de 27 A 30%, sempre era de praxe no ano subsequente ter o município se adequando seus planos de cargos e salários, ou projetos de lei como aqui vinha se fazendo, até porque vocês sabem que o PCC - plano de cargo e carreira, vem caducando. Vejo aqui o companheiro Júnior do SINTEST, e Toinha do SINPRO, até fiz uma referência aqui na última sessão, que infelizmente se iniciou a reformulação do PCC no ano 2019, mas parou, isso é fato, a gente também não tem que esconder uma coisa que todo mundo tem conhecimento. Então a secretaria de educação deixou de dar continuidade a reforma do plano de cargos e salários, que é exatamente onde diminuiria ou não a injustiça com relação a questão dos servidores, até porque no PCC se trata da questão dos ativos, mas também dos inativos e isso não aconteceu. A gente esteve no ano passado formando uma comissão inclusive, para dar andamento, chegaram a ter algumas reuniões com participação não só da categoria mas também dos órgãos dos de representação e se parou a questão da reforma do PCC, isso foi fato. Quando é agora dezembro de 2020 para 2021, se anuncia através do Ministério da Educação os aumentos dos recursos do FUNDEB, quando foi praticamente no mês de março vieram as interpretações que podia se aumentar em torno de 30 % dos recurso que começara a cair em janeiro de 2021, e todos esses valores foram se mantendo mês a mês. Eu lembro que uma vez fui procurado por Ana, Carlos Antonio, Mauricélia, Alvany e por outros professores que desceram e chegou a um somatório, no primeiro momento tinha seis milhões, tinha sete, nove, dez, onze, enfim, e o ano foi se passando e nós estamos na conclusão do ano, mês a mês a gente vinha pegando os saldos da conta do FUNDEB, do que vinha entrando e esse valor foi anunciado pela prefeita que é algo em torno de dez e poderá ser mais, porque ainda tem as entradas do dia 10 que é exatamente hoje, do dia 20 e do dia 30 com relação à questão do FUNDEB. Quando se depara com a questão da lei que vem para cá Vandinho, e aí tem a fundamentação da Lei nº 14113 que é a lei federal que proíbe exatamente que os municípios, na Esfera Municipal, Estadual e Federal concedesse reajuste no período de pandemia, não aconteceu e evidentemente que tem realmente a sobra desse ano, que a prefeita surpreendendo a todos também, porque tinha algumas correntes do tribunal de contas, como ela cita ali que poderia ratear, outros dizendo que não, diante de várias reuniões que foram feitas, ela inclusive chamou essa semana lá na prefeitura dizendo que o tribunal de contas tinha emitido um parecer que o valor pode ser rateado, e no valor que está sendo para ratear da lei que foi lida por vocês. Eu lembro que eu falei com Graça essa semana por telefone, falei com Socorro e falei com umas oito pessoas que me procuraram com relação à questão dos aposentados, e quanto trata da reformulação que antes era 60 e que era 40, que o recurso é específico, e vocês que como eu me aposento para o ano se Deus quiser, que vinham e o recurso é separado, quando a gente se aposenta infelizmente a gente sai da ativa, e quando você muda de 60 para 70, alguns profissionais que inclusive não tinham direito nos 60%, passaram a ter, que é caso específico de alguns administrativos e até de auxiliares de serviços gerais se tiver algum cargo que tem afinidade com a educação, por exemplo, “eu sou auxiliar de serviços gerais, mas fiz o curso de pedagogia”, então esses que fizeram dentro de um entendimento que ainda está em discussão, passarão a ter, porque a notícia que se deu também é que todos teriam direito, mas não é verdade não são todos, a lei específica exatamente esses profissionais que têm habilitação na

área de educação, ele não docente, é lógico, ele não é da parte administrativa, mas ele está lá é normal que qualquer um possa se capacitar e quando você adquire um conhecimento você passa de fato a prestar um serviço de qualidade. Então uma coisa que tem na lei, que está falando com a base de novembro, eu creio que vai ter motivo de discussão porque a questão do rateio ele é proporcional, então nós sabemos que temos parte dos contratos, teve gente que entrou em janeiro, fevereiro, março, abril e até junho, e até pessoas que entraram recentemente, eu não posso tomar como base Júnior Moraes, Tonha que são representantes do sindicato, apenas o salário de Dezembro, porque os recursos são proporcionais. Se o recurso entra janeiro, fevereiro, março, abril, como é que eu entrei no mês de junho vou ter o direito igual aquele que estava desde Janeiro? Então, eu creio que é passivo da discussão, para que a gente possa buscar a proporcionalidade, se houver discordância nas discussões a gente vai também aceitar, mas no meu entender como se trata de rateio de proporcionalidade não é justo você pegar apenas a folha de dezembro e alguém que entrou em outubro que possa ter o direito de quem entrou em janeiro, então essas são as duas discussões. A novidade que teve, e não é palavra para (áudio não identificado) de nada de ninguém, na semana passada no Senado Federal que tinha a grande discussão da questão da PEC dos precatórios, que muita gente também vinha confundindo a questão do rateio como recurso dos precatórios e que iam se perder tudo realmente porque os precatórios voltariam de acordo com a PEC original que estava, e aí teve o trabalho de várias pessoas, e Fernando Bezerra na condição de relator tirou a questão dos profissionais da educação da PEC dos precatórios, isso significa que aquele empecilho que tinha, que está no STF, está no sei onde e que não está mais, a partir do momento que a lei que foi voltou para o Congresso for sancionada, o município vai ter que agir para buscar o recurso não mais da pendência que se tinha, porque antes a procuradoria-geral tinha um entendimento, o STF tinha outro, mas não tinha uma lei que regulamentava. Então agora a discussão com a sanção da lei que deve acontecer, parece que foi anunciado agora para o final desse mês, essa parte, praticamente ela acaba. E é aí onde vem exatamente a questão da mesma coisa, quem terá direito aos precatórios? Quem terá direito aos precatórios são todos aqueles que estavam naquele momento na educação, que na sua grande maioria hoje estão aposentados e não professores que hoje estão na atividade, que de muitos vêm esses questionamentos, quem era contratado, quem trabalhava e quem não trabalhava, então são algumas discussões que eu acho, eu vou sempre... Uma professora, essa semana me encontrava e a gente conversava, eu vou ser sempre, mesmo tendo o poder de errar, de aceitar as discórdias, mas procurar às vezes o entendimento para que assim a gente busque essas duas situações. Então, a questão dos precatórios, inclusive ontem chegou de lá do Senado um relatório com relação a isso, eu não li ainda, é essa. Com relação à questão do rateio, sinceramente se tivesse havido a reforma. “Ah, mas por que se?” Não pode haver a reforma do PCC de 2021 porque a lei que ele cita é 14113, que é uma lei federal não é uma lei que foi criada do estado não é uma lei federal, não é uma lei que foi criada pelo estado, não é uma lei do município, está ali o procurador da Casa, ela diz de forma explícita que os municípios, os estados e a união não poderão reajustar os vencimentos, fala até assim: vencimento dos seus servidores. Então essa foi a grande interrogação e a grande celeuma que trouxe para todo mundo, porque se tivesse evidentemente o princípio da lei o que fazia Vera, que é o que vocês levantam e é pertinente, que com a reforma que se tem o reajuste iria para ativos inativos, e evidentemente essa sobra não teria esse ano, e não teria porque o reajuste teria sido dado. Mas não é o município que podia fazer isso, não é o SINPRO e não é o SINTEST, infelizmente a lei federal que está lá ela está explícita com relação a isso. Então sinceramente falando, eu acho que o desafio que se tem e a gente vem tendo mesmo de forma silenciosa, eu não tenho ido para rádio, eu não tenho colocado no meu Instagram, nem no Facebook, mas desde março que a gente vem com um grupo sempre acompanhando essa questão, não só do precatório como também até do rateio, porque era também comum dizer que o dinheiro que estava sobrando ia chegar o final de ano sem nenhum tostão, que a prefeita ia fazer as manobras para gastar o dinheiro e chegar em dezembro sem ter recurso para o rateio do FUNDEB e isso era

fato também que se colocava. E àqueles que a gente conversando só cabe duas coisas: a conta é simples, o que entra está lá e vai ter que mostrar o que sai, só pode sair para folha de pagamento, o que não for folha está errado. Graças a Deus as coisas aconteceram a contento, foi se gasto dentro do real de folha de pagamento, não houve desvio, não tiveram grande capacitações como tinha e dentre outras coisas que se tinha. Então, de fato o que existe é isso, eu não vou vender ilusão, nunca vendi até hoje, está certo? E tenho essa preocupação, a discussão é: como é que vai ser procedido daqui para sempre. Porque infelizmente está aí, eu pedi até a cópia ali, posso disponibilizar para quem quiser, a Lei nº 14113, e quem é de sindicato, que estão aqui os dois representantes, sabe disso, que foi realmente proibido a questão de reajustes de município, estado e união, que impossibilitou. Peço ao presidente que possa permitir, estamos aqui num processo democrático. **O Vereador José Raimundo Filho retoma a palavra.** Vera, primeiro eu agradeço a sua contribuição. Você como sempre é muito... Só vou fazer duas ressalvas, porque eu sempre fui de me assumir em tudo que eu fiz na minha vida, dentro das coisas certas e das erradas. A questão dos 14%, sobre dizer que era prerrogativa desta Casa, não é verdade. A lei, que está lá em harmonia com os poderes, diz que uma lei federal não pode se sobrepor sobre a lei estadual. Inclusive, a sorte é que se teve algum município que não aprovou ou que está aprovando, inclusive, com a cidade de Paulista que aprovou a semana passada questão da lei da Previdência. É fato que não tinha como correr atrás, até porque as transferências deixaram de ser feitas. Doeu na pele? Doeu. Prejudicou? sim. Mas infelizmente a maior não se sobrepõem sobre o menor. Nenhum, se a gente viesse a aprovar, alguém iria entrar com a inconstitucionalidade e qualquer município faria. Isso é fato. A gente infelizmente lamenta, pois a realidade é dura, mas é essa. Com relação à questão do PCCR, já fiz exatamente essa consideração aqui de que ele não foi realmente atualizado. Se não foi atualizado, é lógico que deixou de repassar para os ativos e inativos. Só que mesmo que a gente quisesse ter andado esse ano com a reforma do PCC, ela não poderia ser efetivada, porque tem essa lei maligna que está aí do ano passado, que diz que nenhum ente, Município, Estado ou União, poderá conceder reajuste para os seus servidores. O empecilho está exatamente nisso aí. E o município, nós aqui, nesse caso, a gente está de mãos atadas pelo cumprimento de uma lei. Isso é um fato. Se é correto, eu questiono. Se traz prejuízo, eu sei que traz prejuízo, mas tem impedimento legal, que é esse que se faz. Então eu tenho aqui um grau de amizade com cada um. Minha mãe é aposentada. Estou entrando, como disse para vocês, para o ano, em junho, que completa o meu tempo de idade, se Deus quiser. Eu sei do clamor... Agora eu não posso, até que me provem o contrário, ir contra uma lei que existe e eu dizer que tenho o poder de alterá-la. E outra coisa, a questão do PCCR não é só Zé Raimundo e Pinheiro está não aqui. Foi criado aqui e discutido aqui pelos 17 vereadores. Inclusive, com a Marta, nós também tivemos algumas discussões duras no ano passado sobre a construção da comissão que foi feita aqui. E muito lá atrás, Gildete sabe disso, mas não está aqui, quando eu e o Manuel, lá atrás, fomos até o Luciano para falar da questão que dizia que, para ter o recurso, tinha que ter a questão da lei do município. E nós também fizemos isso aqui. Então que eu quero é dizer olhando no olho, como sempre eu falo, que se você é interpretado não, mas é que a gente está no cumprimento de uma lei que existe, a qual nem Márcia, nem Paulo Câmara hoje, que está no estado como servidor... Pode olhar que os servidores do estado também não tiveram reajuste esse ano. Por que não tiveram? Porque infelizmente tem uma lei dizendo que não pode haver em hipótese alguma e a gente pode disponibilizar. O que eu disse a uma professora ontem, já umas 10:30 da noite, que eu estava em casa conversando, a vigência desta lei que falei termina no dia 31 de dezembro. E aí é onde está a interrogação que eu acho que alguns questionam. O recurso hoje do FUNDEB, que é dos 70, o recurso tem per capita anual, que é do dia 1 de janeiro a 31 de dezembro. E o recurso do FUNDEB, com esse fim, só pode ser utilizado neste período de execução. Vamos imaginar esta pergunta aqui: E por que não deixa esse dinheiro em conta para fazer o rateio em janeiro, fevereiro e março? Porque o recurso tem que ser no ano de exercício e muitos de vocês sabem disso. Então sinceramente o que a gente está correndo... Por isso que a gente e o

Ronaldo, enquanto Presidente, esteve correndo para fazer essa sessão extraordinária, para dar celeridade a questão do projeto. É que a gente não queria, como todos os anos, como vocês sabem, em que já aconteceu isso lá atrás, de chegar dezembro e a gente nem sabia que iria ter, e quando era no último dia, na última semana de dezembro ficávamos sabendo que iria vai ter rateio para janeiro, para fevereiro e para março. E quando vinha um valor que... Edivaldo levantava muito isso. Às vezes 3 milhões lá e depois só 1 milhão e meio. Oxente, cadê o dinheiro?! O que a gente tentou fazer na discussão que teve da Casa, como um todo, é que se apresente o projeto em tempo hábil para que a secretaria de educação possa fazer. A única coisa que eu vou levantar é a questão de novembro, Júnior, você e Toinha, que estão aqui. Sinceramente eu não posso admitir que proporcionalidade, que são 12 meses que nós temos. Então uma pessoa que entrou no mês de junho não pode ter o mesmo direito de uma pessoa que entrou em janeiro, que eu creio que isso é passivo de se rever e a secretária de educação vai poder rever isso. Então o que eu tinha para passar no meu entendimento é isso. A discussão do acompanhamento e aí, quando a gente esteve com Marta da última vez, ela... Eu sei que nós vamos contratar uma outra consultoria para fazer a reforma. Eu creio que a reforma, os pontos, são claros. É a questão apenas da passagem de uma classe para outra e a de tempo, e ver o recurso que se tem e joga em cima. E, quando o Jânio sinceramente colocou que estava esperando esse dinheiro, ele sabe mais do que ninguém que tem na própria lei federal essa questão dizendo que esse valores não é descontado direito previdenciário porque se trata de rateio e não de aumento de salário. Essa é a grande discussão que se tem. Então eu queria só, senhor presidente, concluir, agradecer e dizer que infelizmente a gente às vezes tem que... Eu vou sempre buscar e não sei o dono da verdade, mas vou procurar buscar o conhecimento para que eu passe aquilo que, no meu entender, eu faça juízo de valor e posso dizer a todos. Agora vender ilusão sinceramente eu não vou, Joaquim, vender ninguém, porque até hoje eu não fiz isso. O plano de cargo e carreira fica aqui e a gente tem que vê. Depois do dia 31, é lógico que a gente vai ter que correr, mas tem o mês de janeiro todinho. Aqui está você que é do SINPRO, o Júnior, que é do SINTEST que se vá para a gente fazer isso, para que a gente possa entrar em fevereiro já a per capita que tem. Só um aparte aí, Ronaldo, que eu disse isso ao Cecílio, disse ao Márcio e eu vou dividir com vocês que o desafio não é nem esse. O desafio é como é que vai passar 31% para o ano, que tem que ir para os salários de todo mundo, se o município já está com seu limite de percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então se a gente também demora, como por exemplo, Toinha, Júnior e Carla, que representam as três categorias, aí para o mês de julho e agosto, Penha, e às vezes nós sempre conversamos. Quanto mais demorar para definir a questão do real percentual que, no meu entender, poderia, já a partir de fevereiro ele ser efetivado, nós vamos ter dificuldade maior ainda, porque a gente não vai ter como chegar ao mês de junho sem saber que percentual a gente vai ter. E, sem esse percentual, aí sim (áudio não identificado).

**O Vereador José Raimundo Filho concede um aparte ao Vereador Carlos André Pereira de Souza.** Vereador, por gentileza uma pergunta, pelo que eu entendi aqui vossa excelência tem conhecimento com propriedade, o senhor fala com conhecimento de causa, lhe parabeno pelas suas colocações. Na questão da proporcionalidade sou de acordo com o que você fala, não ser justo em o cara que trabalhou um mês ter direito de receber igual aos demais, então isso caberia uma emenda, não é isso? Então, por que a gente também não pode colocar uma emenda que coloca os aposentados que têm direito? A gente pode colocar. A lei está dizendo que é para dividir, se cabe uma emenda para ter direito proporcionalmente, a gente pode aqui, e eu estou pronto para votar, que inclua os aposentados nessa também.

**O Vereador José Raimundo Filho retoma a palavra.** Eu estou pronto, a única diferença que se tem, e aí André, quando você vai pegar a lei federal que se coloca isso aí, e foi isso que Vera disse, Vera disse: eu tenho conhecimento e sei que nós não fazemos parte dos 70%. O recurso é específico apenas para os efetivos em exercício, os aposentados, no caso eles não estão dentro dos 70%, não estando eles não são passíveis de rateio. Então, esse sentimento seu, eu me lembro de sua inquietação quando você deu o exemplo de sua mãe e de sua tia que

era da parte da educação, inclusive votou contra os 14%. Então esse é o entendimento e eu acho que tem que ser feito aí a força-tarefa, está aí Joaquim que trabalhou também na questão do PCC, para que em Janeiro se faça isso, agora não vender uma coisa que eu não posso, e o entendimento hoje é exatamente esse. Vera foi muito feliz quando ela falou: “eu tenho consciência de que não faço parte.” A brecha seria se tivesse o poder de dar o reajuste, se jogaria logo, Vera, mas a questão sinceramente é que essa lei miserável que foi criada em 2019, no início da pandemia de 2020, ela impossibilitou qualquer município, então pode ser Márcia, Paulo Câmara, Prefeitura... Ontem eu conversava com Patriota que é da AMUPE, que no dia que a gente conversou, conversou com isso, então infelizmente é isso que a gente tem para colocar. **O Presidente Ronaldo Romão de Sousa passa a palavra ao Vereador Fabrício André Magalhães Terto.** Boa tarde Presidente, boa tarde caros vereadores, boa tarde aos que estão no plenário e todos que estão nos ouvindo. Para alguns que podem não me conhecer, eu sou André Terto, entrei agora esse ano na Casa. Não porque eu sou oposição, porque aqui dentro quero o bem para todos, eu André Terto, não acho justo os aposentados não terem direito ao rateio, eu não acho porque vocês formaram tantos, ou meus irmãos, meus primos e vocês contribuíram muito por Serra Talhada. Eu não acho justo vocês não entrarem no rateio, mas essa lei vem de lá, essa Lei está vindo de lá discriminada, se cabe brecha, vamos agora Ronaldo, vamos sentar. Eu sei que os 17 vereadores aqui não querem o mal de vocês não, eu tenho certeza que eles não querem, veio uma lei de lá para ser cumprida, mas eu tenho minha opinião própria. Eu tenho mãe que é professora aposentada, eu tenho uma irmã que é professora aposentada do estado, e eu sei o sofrimento que os aposentados passam, entendeu? Eu sei que na hora que vocês recebem o dinheiro de vocês tem hora que não dá para comprar nenhum remédio, como a senhora falou, mas vem essa lei como Zé Raimundo disse, desde 2019 chegou a Casa, está para entrar em votação. Quando eu sair daqui eu vou procurar o meu jurídico, vou ver se tem alguma coisa, alguma brecha, alguma coisa que eu possa fazer por vocês, não só eu, mas todos os 17 vereadores, porque aqui eu não quero ser contra quem está trabalhando, nem ser contra quem está aposentado de jeito nenhum. Eu não quero prejudicar ninguém, agora eu acho que quem está trabalhando tem direito e vocês também tem que ter direito, porque vocês tem uma parte fundamental na formação Serra Talhada, eu sei que vocês trabalharam e vocês trabalharam duro, e têm que ter direito, não sei como a gente vai fazer, mas a gente vai procurar os direitos, vai procurar o jurídico para ver se tem uma brecha. A respeito dessa discussãozinha que teve logo cedo, eu sei que é calorosa, mas eu peço desculpa em nome do meu amigo China, ele foi deselegante, e eu quero também que a senhora peça desculpa a ele também por causa do bate-boca, que se a gente for começar só a brigar e brigar a gente não sai do canto. Entendeu? Eu peço desculpa por ele, que está ausente, mas eu peço desculpas pela Casa, e quero do jeito que a gente está respeitando vocês, eu quero que vocês respeitem os 17 vereadores. Se depender de André Terto, eu vou procurar uma solução para vocês. Obrigado. **O Presidente Ronaldo Romão de Sousa passa a palavra ao Vereador Francisco Pinheiro de Barros.** Bom dia a todas e todos, senhor Presidente, colegas vereadores, vereadora Alice. Quero saudar especialmente a todos aqueles e aquelas aqui aposentados e pensionistas em nome da guerreira Vera e de tantas outras que vão buscar os direitos de vocês. Meus amigos e amigas que estão nos acompanhando pelas redes sociais, ouvindo atentamente os esclarecimentos do Vereador José Raimundo, que foi bem esclarecedor. Quero saudar os representante aqui da categoria: Carlos Antônio da APROST, Júnior Moraes do SINTEST, e a amiga Toinha dos SINPRO, que são pessoas importantes que lutam pelo desenvolvimento da Educação e pelos seus direitos, eu sou servidor e você dessa importância, não sou aposentado ainda, mas em breve serei. E aí ouvindo também a fala de Vera, como do colega vereador Zé Raimundo, muito esclarecedoras. O que Vera falou aqui acende uma luz amarela lá no fundo do túnel para se observar uma coisa que foi dito por uma pessoa da Previdência. Sabemos que ler para se cumprir e quando ela vem de lá de cima, eu fui um dos que mais lutei por isso aqui há alguns anos e há alguns meses desde começou a reforma da presidência, e aí de lá para cá eu venho

cobrando outros direitos que já deveria estar pronto nesta Casa. Não que seja culpa de Márcia, porque ela assumiu agora, mas caiu na mão dela e ela tem uma responsabilidade de fazer isso, porque se o PCC/PCR tivesse pronto Vera, talvez não tivesse passando por isso, isso é tem um erro que vem de lá de trás, de outros gestores, dos quais eu já apoiei algum deles. Eu venho cobrando para que este rastreio viesse ser feito, no ano passado segundo o que disseram, não tinha dinheiro, não veio dinheiro para esse fim. Como também tenho lutado pela questão de rateios, perdão, dos precatórios, das 187 horas e meia, reajuste, foi dito aqui perante a lei que não tinha, mas teve outros municípios antes, que o daqui não fez, em vez de estar fazendo rateio, daria em forma de aumento intermunicipal, teve município que fez isso porque já se tem uma previsão do que se sobra. Agora, o que às vezes entristece, eu que sempre venho cobrando, como sempre cobre para viesse para aqui esse rateio, é nunca a gente ser informado de uma prestação de conta, não estou duvidando de ninguém, mas eu estou aqui para informar e ser informado. Quando a gente pede qualquer pedido de informação e acima de tudo a população, a categoria especialmente, precisa saber disso. Nunca fomos informados de prestação de contas, está lá no portal, mas no portal não detalha. Cobrei isso ao conselho da educação do FUNDEB e tenho cobrado aqui, acredito que nós aqui temos uma visão de dar melhoria, o que for melhor para a população, mas nós sabemos que erramos, mas temos que fazer o máximo para errar menos. Nunca fui convidado, eu provoquei aqui esse ano já para formarmos uma comissão, aí diziam para descer do o palanque, vamos desarmar o palanque e eu dizia que o palanque estava desmanchado. Tive reunião com Márcia a respeito Serra Talhada, uma reunião breve, mas conversei com ela a respeito de emendas do nosso Deputado trazer alguma coisa para Serra Talhada, isso tem acontecido e anunciado. E aí eu sempre tenho dito para marcarmos uma reunião com os representantes da categoria, provoquei não em Ofício, mas aqui através das ondas do rádio, Sindicato, APROST, SINTEST, vamos sentar com a secretária, a gestora e uma comissão daqui para tratar desse assunto da educação e outros sobre Serra Talhada. Eu sei que quem estava acompanhando estava em boas mãos, que é no caso de Zé, eu não recebi o primeiro convite, porque a gente estando lá pode questionar e eu provoquei isso aí, o palanque está desarmado, mas nem se pronunciou sindicato perante a mim, até que eu sempre fui convidado quando tinha aqui assembleias, eu agradeço Júnior, vocês sempre fizeram isso, mas não foi fosse feito isso aqui. Sei que teve uma conversa tanto do sindicato com alguns vereadores, mas ninguém da oposição participou, não quero jogar ninguém contra os colegas, eu acho que era bom ter a participação. Às vezes uma coisa do erro lá atrás caiu sobre vocês agora, a questão do PCC mesmo, tudo bem que agora no período da pandemia deu uma parada, mas não se foi feito nem debatido muita coisa, foi pouco para que isso tivesse de concreto já colocado em prática e isso foi ruim para vocês, porque quando foi lá para incluir vocês nos 14% da alíquota aí não teve muitos problemas, e eu só vou me aquietar algum dia, dizem que não é inconstitucional, mas ainda estou pensando que isso é, esse desconto de 14% de vocês, mesmo sendo uma lei federal, mas a lei federal também erra, para que isso cesse de vez essa contribuição que é injusta para vocês. Esse é meu ponto de vista (áudio não identificado) respeito os colegas, mas eu tenho que mostrar minha posição, como José Raimundo fez um belo discurso aqui esclarecendo, Vera também e aí vai para as comissões segunda-feira, a gente vai debater, a gente poderia dizer, mas aí se torna difícil. **O Vereador Francisco Pinheiro de Barros concede um aparte ao Vereador José Raimundo Filho.** Eu queria aproveitar a presença, até porque eu fiz isso aqui já três vezes. Quando eu me referi ao SINTEST, que está aqui, e a nossa colega também do SINPRO, Tonha e Carlos e você também colocou é que o sindicato não tinha na gente, que é a Associação, empecilho, que nos procure. Quando você fala realmente que nós não fomos procurados, e nenhum de nós da base participamos também de reunião com o Sindicato, nem com o SINPRO e nem com o SINTEST. Então que possam ter na gente também na hora que... Se juntos a gente não tem o poder, imagine a gente continuar, Vera, dividido, como a gente ver, Carlos. E eu falei isso para você da questão da divisão. Então está o Júnior aqui e nós somos até vizinhos. Porque alguma questão que Zé Raimundo, enquanto pessoa, puder encaminhar, como também

o André Maio, Manoel Enfermeiro, que nos procure. Agora não pode sinceramente a gente continuar com a relação com três representações que nós temos a representação aqui e nós aqui, porque como você diz: “quando dá certo ou dá errado, o pau cai nas costas de alguém. E nessa discussão que teve aqui, inclusive, na reunião que ela fez na quarta-feira, não houve reunião da base com o sindicato não. O Gin colocou no grupo, eu estava na Fazenda Nova, ia chegando umas 4 horas e pouco da roça, que a gente estava botando água e Ronaldo ligou pra mim perguntando se eu não ia. Eu respondi que não estava nem sabendo. Então eu vim, como alguns do grupo, e foi colocado a questão de apenas falar sobre o rateio. E os outros que a gente se junte, pois os interesses cada um vai ter, o voto cada um vai votar. Agora não dá para a gente continuar na distância que a gente tem com a própria reforma do PCC como está. A questão da prestação de contas, o que a gente fez de fevereiro até então, em que eu agradeço ao Carlos, que está ali, é que a gente vinha acompanhando as entradas dos recursos e as saídas. Isso aí a gente vinha. A Ana feito um “cri cri”. A Gildete tem horas que diz uma coisa... E eu tenho que fazer esse registro. Mas também que a gente vem acompanhando e prestação de contas realmente não houve. Eu tenho também que ser justo. Agora, a questão da prestação de contas tem um Conselho que vocês nos elegeram um representante para estar lá e que infelizmente os questionamentos tem que ser feitos. Então, você mais do que ninguém, como o André também, que está chegando agora, tem dado essa questão da demonstração de palanque. Não existe, Carlos. Agora sinceramente quem deveria fazer não está fazendo ou não está querendo que todos participem. E essa não é a orientação sinceramente da Márcia porque não foi isso que ela disse. O que a gente quer, gente... Vera, sobre o que você disse, na segunda a gente vai tentar se reunir para ver se tem brecha, alguma coisa ou não. Mas que procure! É muito melhor você dizer que me procurou, mas eu me omiti ou procurei o André maio e ele se omitiu... Agora não nos procura aí às vezes a pomba vem e explode na mão da gente. Então, eu comungo com você e peço, Júnior, me coloco, enquanto vereador, a minha insignificância que tem, pode chamar. Eu só vou poder fazer uma coisa: concordar, discordar ou encaminhar. Agora não encaminham para gente, aí fica difícil da gente falar, então que a discussão aconteça e que ela seja em janeiro um balizador. Estou aqui com a lei que eu peguei, vou dar a Vera aqui, está aqui bem claro. A Lei Federal vai até 31 de Dezembro de 2020 e ele diz aqui de forma clara: “conceder a qualquer título vantagem e aumento...”, então mesmo que quisesse ter feito a reforma do PCC no ano de 2021, não podia ter sido feita, por que está aqui, então o que é que se faz? Dia dois, dia três, Júnior, você se junta com Toinha, com Carlos, tira uma comissão, mesmo sem a Secretaria da Educação, e vamos para lá com uma comissão aqui da Câmara, André, para pressionar para fazer isso. Então esse é o caminho, Pinheiro, e você sabe que nós mandamos aqui uma comissão e realmente ela não foi formada. Então desculpa, eu sei que você não gosta muito de aparte, mas por uma questão de ordem eu queria dizer isso. O que aconteceu foi o seguinte, está o pessoal aí que sabe, estava se esperando um parecer do Tribunal de Contas de Pernambuco, que inclusive eu liguei e mostrei a Carla Antônio, eu falei com Patriota da AMUPE na sexta-feira, não tinha saído ainda o parecer do Tribunal de Contas. Quando foi na segunda-feira, o Tribunal de Contas publicou um edital de uma decisão, Vera, eu posso até também pedir para pegar para entregar a vocês, orientando os municípios que poderiam fazer o rateio, tiveram alguns municípios que foram até adiante, por exemplo, Afogados da Ingazeira destinou o rateio e já determinou o valor da per capita para 2021 e 2022, que eu acho que por que é que Serra não entrou o percentual agora? Isso eu tenho que ser correto e dizer pra vocês, porque o percentual de Serra varia de 27 à 31% e Afogados só deu 12, mas o que aumentou para Serra Talhada, aumentou também para Afogados, então por que lá só deu 12? Então essa discussão e esse fato de não ter chamado... o projeto é realmente de iniciativa do governo, chegou na segunda-feira, na terça ela chamou dizendo que ia mandar, porque se deixasse para mandar no final de ano com tem sido, aí eu não sei o que podia acontecer. Essa é apenas uma questão que a gente está tentando justificar e fazer esse pedido a Tonha, a Júnio e a Carlos, que a gente possa já ver isso aqui, porque se a gente for esperar, Carlos, que se tenha uma nova consultoria, que abra

licitação que é 90 dias, Vera, que vem para fazer uma licitação para reforma de PCC, que forme uma comissão, a gente só vai ter reforma do PCC em agosto-setembro de 2022, e até lá a gente vai ficar, podendo ter o reajuste agora já em janeiro para fevereiro, no máximo Março, cada um está recebendo, então eu acho que seria menos impactantes e menos injusto com o que está, porque é só você jogar, não já tem o percentual da receita? Joga ela lá no percentual e a folha passou, vamos reduzir aqui ou vamos amamentar. Um minuto só. O sindicato, inclusive sou filiado, conversei com Calos e vou dizer, nenhum sindicato é maior do que a categoria, então o que se tem que ter nesse momento é o bom senso, e vou também testemunhar, não vou dizer que... às vezes dizem que Tonha é doida, mas fica para cima e para baixo correndo, dizem que Júnior não fez porque não quer e fica correndo, Carlos que fundou a Associação também fica correndo, então o que falta na verdade é você que não é de nada, de nenhuma associação que corre e fica atrás do SINPRO e da associação, então esse grupo, então você o que a gente pode fazer aqui diante da Câmara, é na comissão a Câmara trazer Vera para discussão, porque ou a gente junta os que querem para resolver... porque sinceramente, aí eu vou pegar os três aqui também, que eu tenho até problema às vezes na ordem pessoal não é com Júnior, com Carlos ou com Toinha, mas é de um bocado de gente conversar besteira, eu não quero saber quem vai ser mais forte ou que vai estar nada não, agora tem algumas coisas que é de interesse dos três. Então, Pinheiro, a gente se unir com você está dizendo, Vera, a gente já pela Câmara, se não tiver nessa comissão a gente pode ver, antecipar ela, Júnior, da discussão lá, porque eu estou dizendo, se for esperar o processo normal até agosto, setembro de 2022, não vai ter PCC reformado, por quê? Porque a única coisa que tem que ser discutida agora é qual o percentual que vai ter, porque é um projeto de lei como esse aqui, se Márcia fez agora, eu não tenho dúvida de que ela vai fazer. Vamos botar aqui o aumento da per capita de X por cento, porque na hora que aumentar esse aí, aí ele cai diretamente, aí é onde você pergunta o que é que os vereadores podem colocar, aí em janeiro, André, fevereiro, a questão dos inativos e ativos poderão ser entrados normalmente, então é ser pragmático com algumas coisas, não adianta a gente está dizendo uma coisa aqui sabendo que não vai acontecer, e correr atrás disso para que possa fazer o mais rápido possível. Eu não tenho ofício de falar por ela, mas ela tem ouvido a gente em algumas coisas que a gente tem colocado, e quando eu digo a gente, é cada um aqui, e eu quero dizer uma coisa, André, aproveitar que tem mais gente, porque tem que não tem ninguém aqui e não adianta, o que tem se acabar é com as disputas, de achar que eu sou maior do que Ronaldo, Ronaldo é maior que eu, Toinha achar que é melhor que Junior, Junior achar que é maior que ela... Nesse caso aqui vamos nos ajudar e dizer, porque senão, a gente vai ficar conversando as mesmas besteiras de sempre, vocês vão estar aqui janeiro, fevereiro, março, abril, agosto, dizendo: "e aí, não fizeram nada disso?". Toda e qualquer per capita é definida no anterior, então janeiro e fevereiro é obrigação de se ter, mas também, na grande maioria, não é feita assim. Então eu acho que está na hora da gente se desarmar, não tem eleição agora, não estou pedindo voto, ninguém aqui está pedindo, é como André levantou aqui desde a outra vez, vamos pegar pra fazer, não adianta, porque infelizmente vai ficar jogando, empurrando e vocês às vezes inseguros sem saber em quem vão acreditar, nos 17 vereadores? Em Tonha? Em Júnior? Em Carlos? E fica um furdunço que no final joga a responsabilidade para alguém. Me desculpe falar assim, mas eu acho que é hora da gente fazer de fato. **O Vereador Francisco Pinheiro de Barros retoma a palavra.** Tudo bem. Eu acho que o momento é específico, é salutar o debate, esclarecedor. Eu acho que cada representante da categoria tem o objetivo de defender os interesses da categoria, sabemos que às vezes é pensamento diferente, mas eu acho que tem um momento de estarmos todos unidos com mesmo objetivo, no mesmo barco, e aí eu me senti ausente do debate para que isso acontecesse, agora, jamais deixei aqui de falar ou recuar alguma coisa, enquanto eu puder estar defendendo a categoria, e eu faço parte de uma categoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco, são mais de 2.000, eu sei que a gente tem conquistas, como também temos outras que não conquistamos, mas estamos todos no mesmo barco com o mesmo objetivo. Eu quero dizer o seguinte, tendo a

participação de todos, pode alguém questionar, por exemplo, podem questionar, não estou duvidando de ninguém, o valor, se realmente seria esse de 10 milhões mesmo, pronto, está aqui, ou não é, é esse aqui. A origem do recurso que a gente sabe aí, porque outros municípios não estão dando, que veio do FUNDEB 70, que isso aí é para quem trabalhou esse ano, mas a gente gostaria de ver, de saber. A gente tem uma discussão segunda-feira, Zé, para passar a limpo direitinho, trazer o especialista, para que a gente conclua isso aí, porque a gente fica muito triste de saber que muitas vezes não é por nós, mas teve uma falha lá atrás de gestão, pela qual vocês não estarem incluídos, e aí eu gostaria de saber de fato o que é que a gente poderia fazer pelos aposentados, se não tiver como, a gente diz: pronto, aqui realmente não teve, houve um debate, vamos buscar alternativas, escutamos especialistas, então o caminhão é por aqui, porque basta de sofrimento para esse pessoal. Não é culpa nossa, porque é desconto, é o aumento que não chega, são os últimos a receber, e tem que ter alguém para que defenda vocês, e vocês têm que estar unidos nesse mesmo objetivo. **O Vereador Francisco Pinheiro de Barros concede um aparte ao Vereador José Jaime Inácio de Oliveira.** Pelo que eu estou observando aí, o que eles querem fazer com essa tal lei aí, é para acabar com os professores aposentados, que dizer que a gente se aposentou e não é mais nada não? Nem pode mais sobreviver? Porque só tem vez quem está na ativa, é? E quem sofreu trabalhando suado? Eu tenho a minha esposa ali, eu mesmo vou dar um exemplo, eu trabalhava na roça e ela saía, fazia o almoço cedo para às 9 horas está com a Légua lá, eram 6 km, ela ia levar o almoço e voltar para ir dar aula, aí hoje em dia tem esses deputados federal, tem essas leis aí e não vale de nada? Rapaz, isso é uma imoralidade o que estão fazendo com os professores, se são professores, se os da ativa têm direito, os outros também têm. Eu mesmo, se fosse o tronco disso daí, se eu fosse comer um pão, eu dividia para todos da educação e principalmente a educação, que a educação é a primeira coisa, a mais importante é a educação, sem educação a gente não é nada. Hoje em dia, eles estão lá no poder, o deputado federal, senador, doutor, engenheiro, advogado, todos passaram por um professor, aí porque o professor se aposentou tem... meu pai está com 82 anos, porque ele está com 82 anos eu vou descansar ele é? Isso é uma vergonha! Por Nossa Senhora! Me desculpa aí! **O Vereador Francisco Pinheiro de Barros retoma a palavra.** Obrigado Jaime pela participação, Zé Raimundo, eu vejo dessa forma, mas infelizmente às vezes a gente esbarra em uma lei maior, aí vem, atropela quem está aqui embaixo por falta muitas vezes de competência de gestores, e aí vocês ficam de fora, mas segunda-feira a gente vai para o debate. **O Vereador Francisco Pinheiro de Barros concede um aparte ao Vereador Carlos André Pereira de Souza.** Quero aproveitar os sindicatos aqui e todos os professores e dizer que é como Zé Raimundo falou, eu nunca fui procurado pelos sindicatos enquanto Vereador, nenhum sindicato nunca me convidou para participar de uma reunião, mas quero dizer aqui como Veraluza falou, vocês que são o poder, vocês que são a força e a gente está aqui à disposição. Eu enquanto Vereador, Pinheiro, nunca vou votar contra o povo e não quero votar contra ninguém, dentro do entendimento conta com a gente, agora tem que procurar a Câmara de Vereadores, porque o sindicato nunca procurou a gente aqui, eu sou sincero, nunca me procurou, nunca procurou o vereador André Maio, então quando é para culpar muitas vezes culpa os vereadores, mas não vem até a gente para saber, para debater, porque a gente quer votar dentro da legalidade, não quer prejudicar ninguém, minha mãe é aposentada, minhas tias são todas aposentadas, minha mãe mora na zona rural, sofrida, criou a gente como professora, mãe sem o pai, filho sem pai, sem criação, tudo nas costas da minha mãe, então eu sei do sofrimento de vocês. A educação, pessoal, é base de tudo, sem educação não resolve nada, mas como bem Veraluza falou, vocês que tem que se unir, a gente tem que se unir e nós estamos pronto para ajudar, agora tem que vir até a gente, tem que nos procurar dentro da coisa correta, assim como Zé Raimundo falou, dentro da legalidade, uma lei municipal não se sobrepõe a uma lei federal, enfim, então a gente está dentro, vamos procurar um advogado que possa ajudar vocês, que possa nos ajudar dentro do entendimento, porque, pessoal, eu estou aqui há 5 anos como Vereador, mas eu confesso a vocês, nesses 11 meses que eu vejo Márcia na frente da

prefeitura, uma pessoa humana, uma pessoa com vontade de servir, com vontade de ajudar, com vontade de acertar, eu tenho certeza que Márcia vai escutar cada um e o que ela puder fazer dentro da lei eu tenho certeza que a prefeita Márcia Conrado vai fazer, tá certo? Que Deus abençoe! A porta do nosso gabinete está aberta para vocês, nos procure! Muito obrigado Pinheiro! **O Vereador Francisco Pinheiro de Barros retoma a palavra.** Por nada vereador! Eu acho que vocês tem que falecer a categoria através do Sindicato, não se desfilie, ao contrato, se filie, agora cobre do seu representante, porque muitas vezes fica flutuando, está ali, vocês tem que cobrar, é assim que a gente faz no nosso sindicato lá, a gente participa de assembleia. Quero dizer para vocês que não sou contra a quem vai ter direito, isso é louvável, mas gostaria de buscar o direito de vocês dentro da legalidade, se não tiver basta, agora vamos trabalhar para que nas próximas, alguma coisa que depende do nível municipal, ou a gente cobrar dos nossos representantes em Brasília, para que o nosso aposentado não sofra mais do que estão sofrendo até hoje. Eu tenho também irmãs, tenho primos todos aposentados e eu sei o que é que eles estão um jurista, levem para quem vocês quiserem para analisar, tem as leis e vejam para tirar suas conclusões, e tragam par gente, para gente brigar por esse direito de vocês, se não tiver, infelizmente, mas se tiver, eu vou até a última hora buscar. Eu já estou falando aqui desde junho para que o piso nacional já seja discutido aqui para quando sair em janeiro não ter esse negócio de retroativo, para em janeiro, se for preciso, nós temos hoje somente um mês de recesso, mas a gente pode ser convocado até duas, três, quatro vezes, estamos prontos para isso, o que for em benefício da categoria, com justa causa, não ser injusto com ninguém, esse vereador vai atrás. Muito obrigado e um cheiro no coração de cada um de vocês! Feliz natal e feliz ano novo para vocês e família! **O Vereador Evandro de Souza Lima toma a palavra.** Eu queria reforçar aqui as palavras do Vereador André Maio, eu estou aqui nessa Casa há 11 meses, fui eleito pelo voto direto do povo de Serra Talhada para poder representar o povo, nós estamos hoje aqui não tirando direito, mas votando um projeto que eu acredito que vai servir muito para aquelas pessoas agora no final de ano que deram suas vidas pela educação do nosso município, vocês também deram a parcela de contribuição de vocês, como hoje professores aposentados do nosso município, e eu tenho 11 meses aqui de mandato, então poucas vezes eu vi representante dos professores aqui nesta Casa, principalmente o SINTEST, eu nunca vi ninguém aqui nessa Casa do SINTEST que é o sindicato credenciado que representa os professores, o único representante que eu vi aqui constantemente é o amigo Carlos Antônio que de vez em quando eu vejo ele aqui batendo, aí peregrinando pelos gabinetes aqui da Câmara, então eu peço encarecidamente a vocês, a Veraluza que se pronunciou aqui, que procurem se chegar mais aqui à Casa, procure conversar com o seu vereador, os vereadores que vocês votaram, para poder a gente chegar a um consenso e não estar hoje aqui, vocês vieram hoje aqui mas ninguém, eu acho que poucos procuraram a Câmara para ter essa conversa, esse diálogo e chegaram de última hora aqui, botando pressão, Vera falou uma coisa aqui que me deixou muito triste, citou o nome do ex-Prefeito Luciano Duque, naquela ocasião nós estávamos todos lá, Vera, agora ele saiu na foto, foi convidado, na hora da reunião a prefeita ligou para ele e disse: “Luciano, nós estamos assinando aqui o projeto de lei do rateio do FUNDEB, tem como você vir aqui para você fazer parte com a gente desse momento de alegria que vai ser para os professores aqui em Serra Talhada?”, naquela ocasião ele foi e eu acredito, Vera, que você foi um pouco grosseira com o ex-prefeito, “quem é Luciano?”, você foi grosseira! Em outra ocasião você me deixou muito triste aqui, Vera, quando você trouxe o Deputado Federal Fernando Rodolfo, que fizeram aqui da Câmara Municipal, ele veio falar sobre os precatórios, a PEC dos precatórios, e fez da Câmara aqui um palanque político, eu só não falei naquele dia porque infelizmente minha filha adoeceu, eu estava na Tribuna para falar, Vera, eu não falei aqui porque a minha filha adoeceu e eu estava indo para o hospital, agora que ele fez palanque político, ele fez! O deputado foi deselegante, você foi deselegante e hoje aqui você foi deselegante novamente com o ex-prefeito Luciano Duque. Como é que você quer reivindicar seus direitos e você não vem aqui cobrar dos vereadores? Um abraço!

O **Presidente** encaminha para as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Fiscalização; de Desenvolvimento Econômico e Social; e de Educação e Cultura; o **Projeto de Lei nº 051/2021 do Poder Executivo** (ementa: que autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com a aplicação da Lei Federal nº 14.113/2020, aos profissionais da educação básica em efetivo exercício), para receberem pareceres destas comissões. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a presente Reunião e mandou lavrar ata que depois de lida e aprovada será por todos assinada. Eu, Thaiané Siqueira Santos, lavrei a presente ata.

**Presidente: Ronaldo Romão de Sousa**

**Vice-Presidente: Gínelcio Antônio da Silva Oliveira**

**1º Secretário: José Raimundo Filho**

**2º Secretário: Alice Pereira de Lorena e Sá**

**Agenor de Melo Lima**

**Antônio Dionizio da Silva**

**Carlos André Pereira de Souza**

**Evandro de Souza Lima**

**Fabício André Magalhães Terto**

**Francisco Pinheiro de Barros**

**José Jaime Inácio de Oliveira**

**Manoel Casciano da Silva**

**Romerio Sena Brasil**

**Rosimério Luiz Alves da Costa**

**Wallace Kleyton Caboclo**